

# CORREIO DA FASP-RJ

Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais do Rio de Janeiro

Rua Senhor dos Passos, 241, sobrado – Centro – RJ. Telefone 2507-1121, Fax: 2252-8955. email: fasprj@fasprj.com.br / fasprj@fasp.org.br

Ano 2011

3º Bimestre

www.fasprj.org.br

IMPRESSO ESPECIAL  
CONTRATO  
Nº 050201138-6/2002  
ECT / DR / RJ  
FASP

FILIADOS A



## O servidor é fundamental para a prestação dos serviços públicos

Caos no serviço público. Sem investimento, sem contratação e valorização dos servidores públicos, as áreas da saúde e da educação tendem a piorar e quem sente o reflexo desse descaso é a população

que paga pelos serviços e não encontra retorno.

Em vários estados do Brasil a situação da saúde pública já se tornou um caso de calamidade pública, visto a situação precária dos atendimentos

obrigando muitas vezes o cidadão doente a se submeter a situações humilhantes sendo obrigado a ficar deitado no chão dos corredores dos hospitais, a espera de um diagnóstico, sem quaisquer condições

de limpeza, higiene e atendimento digno.

Quanto à educação pública, o discurso não muda muito. Os alunos são desmotivados por vários fatores, como a falta de estrutura básica de ensino,

enquanto os professores convivem com baixos salários e muitas vezes, por falta de condições para exercerem suas atividades, desistem da carreira mesmo antes de começarem a lecionar. **Página 2**

### O servidor público civil e os adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas

“O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles, sendo que o direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão, devendo haver permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos”. **Página 3**

#### Entrevista:

Dr. Bernardo Massière

“É fundamental prevenir as doenças. E o aneurisma da aorta, seja ele abdominal, seja da aorta torácica ou os aneurismas de um modo geral, podem ser prevenidos quando a pessoa vai ao seu clínico. São os exames regulares realizados pelos médicos que cuidam da nossa saúde no dia a dia que previnem e detectam esse problema”. **Página 6**



Divulgação / SXC.HU

## Servidor Público X Corrupção

“Os servidores sofrem ataques com a falta de qualificação, de atualização e de melhores condições

de trabalho, congelamento de salários, retirada de direitos, redução de seus quadros, além de serem

apresentados pelo governo como se fossem os culpados pelos serviços mal prestados”. **Páginas 8 e 9**

### FASP-RJ participa de reunião da CNSP

FASP-RJ participa de reunião promovida pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos

(CNSP), realizada em Miguel Pereira, Sede Campes- tre da ASPEM-RJ. Estive- ram presentes ao encontro

representantes de federa- ções, sindicatos e associa- ções de vários estados do Brasil. **Página 5**

### Por uma vida pior

“A cada dia somos surpreen- didos com incríveis inovações na educação brasileira. Tudo é tão estranho que parece uma armação para que continuemos a patinar nas piores classificações internacionais de qualidade do ensino. Cresce a nossa economia, estamos na lista das dez maiores nações do mundo, chega-se a pensar na escolha do Brasil como membro permanente do Con- selho de Segurança da ONU, mas há como que uma força que impe- le a educação para trás”. **Página 5**

### Limpeza urbana

#### Um desafio para todos os cidadãos

“Muitos são os contribuintes que cobram do poder público qualidade no que diz respeito à limpeza urbana. Poucos os que colaboram. É raro encontrar algu- ém que não tenha presenciado a cena de pessoas jogando lati- nhas e papéis pelas janelas dos carros, dos ônibus ou das janelas dos prédios.” **Página 13**

### Fator

#### Previdenciário

“O Fator Previdenciário é uma equação matemática que leva em conta a idade de apos- sentadoria ou tempo de contri- buição e com a expectativa de sobrevida.” **Página 14**

## PALAVRA DO PRESIDENTE – SERVIÇO PÚBLICO: ORGULHO DA NAÇÃO BRASILEIRA



**MARCOS VINÍCIO GOMES PEDRO**  
Presidente da FASP-RJ

**T**ivemos recentemente nos noticiários da imprensa geral assuntos sobre a saúde e educação que nos deixaram estarecidos, o que confirmou o quanto é necessário um serviço público cada vez maior e qualificado. Mas não é isso o que acontece, pelo contrário, o que existe é a falta de investimento na área do setor público, em que não são renovados os quadros funcionais com concursos devidos e preenchidos por formas que deixam muito a desejar com as terceirizações, com as ONGs e outros desvios. Os governos talvez o façam para fugir ao controle e à fiscalização que se faz necessária dos recursos públicos, criando, com isso, uma desvalorização do serviço público. Todos nós sabemos que para que este serviço volte a ser o orgulho da nação brasileira é necessário investir através de concursos, de aprimoramento e salários condignos.

Neste último período de maio constatamos, através da reportagem promovida pelo Jornal Nacional da Globo, que visitou as cinco regiões do Brasil, através de sorteios, para mostrar o que acontece com a educação



Arte / Leonardo Santos

brasileira. E o resultado não foi dos melhores. Porém, o que nos surpreendeu, entre outras coisas, foi o valor salarial pago aos professores dessas regiões - salário mínimo de nível básico - bem superior ao que recebe o servidor público da área de educação do Município do Estado do Rio de Janeiro. Coisa interessante e difícil de explicar.

É algo que deixou muito a desejar, porque a reportagem se reproduziu entre escolas com melhor e pior nível do IDEC, servindo como uma média nas cinco regiões do país, onde se viu uma distorção violenta que não deveria ocorrer.

O setor público tem que ser

atendido principalmente com princípio de igualdade no tratamento, porque quem contribui com os impostos não recebe o retorno devidamente. E aquele que tem melhor situação, que recolhe mais, permite ao poder público dividir com aqueles que recolhem menos e não recebem favores. Isso ficou bem evidente com essa reportagem que o jornal nacional fez com as qua-

lidades de algumas áreas de escola, fazendo uma afronta. Isso é inadmissível quando se quer um serviço público cada vez melhor e qualificado para dignificar a nacionalidade brasileira.

Também tivemos nesses últimos dias notícias estarecedoras com a fiscalização do desvio de recursos públicos no qual a Polícia Federal prendeu em seis estados 58 pessoas suspeitas de desvio de recursos públicos destinados à compra de medicamentos, entre eles, autoridades de vários níveis como prefeito, sub-prefeito e secretários municipais. Por que o serviço público não controla tudo isso? É por que eles querem controlar através de

empresas, de facilidades, para poderem acobertar esses erros. Mas não é isso que nós servidores públicos queremos.

Nós exigimos uma qualificação cada vez maior do serviço público em respeito à nossa população que paga pelos serviços. O governo existe para administrar o dinheiro que é recolhido de alguns para o benefício de todos e isso não está acontecendo. Alguns podem estar sendo beneficiados, mas não é o caso da grande maioria da população.

O serviço público tem que ser um motivo de orgulho a todos os cidadãos, porque antes de tudo ele representa o princípio da nacionalidade. E ser brasileiro deve ser o orgulho de todos nós e não motivo de vergonha como esses passados nessas reportagens recentes com esses escândalos de autoridades desviando recursos que se destinavam à medicação daqueles que necessitam.

Temos mais coisas a falar, mas eu não gostaria de me alongar, porém, gostaria de saber, por exemplo, se o governador do Estado do Rio de Janeiro tem o nível salarial igual a dos outros estados. Eu não sei, gostaria de saber, porque o Rio de Janeiro sempre foi o tambor de ressonância nacional. Tínhamos um serviço público que era digno de orgulho para toda a nação e que está aos poucos sendo deteriorado. Isso tem que acabar. Vamos investir pesado, de maneira solidificada, senhores comandantes dos poderes públicos!, Mas isso só se faz através de carreira pública por concurso e através de salários condignos, caso contrário, não teremos uma forma democrática e, sim, anárquica.

### FASP – RJ

e-mail: fasprj@fasprj.com.br  
fasprj@fasprj.org.br  
Site: www.fasprj.org.br

Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais do Rio de Janeiro. Filiada à Confederação Nacional dos Servidores Públicos – CNSP e Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB.

#### DIRETORIA

**Presidente:** Marcos Vinício Gomes Pedro  
**Vice Presidente:** Náila da Costa Rodrigues  
**Diretora Secretária:** Vera Lucia Mattos Francisco

**Diretor Tesoureiro:** Alfredo Rebello da Silva  
**Diretor Jurídico:** Alvaro Ferreira Barbosa

#### CONSELHO FISCAL EFETIVOS

Sidney de Souza Martini  
Derly Ávilla Corrêa  
Jorge Ressiguiêr Cardoso

#### SUPLENTES

Aurora Amália F. Cucci Fernandes  
Teresinha Oliveira Machado da Silva  
Luiz Marcelo Fonseca Magalhães

#### ASSESSORIAS

**Assuntos Estaduais:** Francisca Rodrigues Talarico  
**Assuntos Municipais:** Acir Ferreira Barroso

#### Para Assuntos Internacionais e da Terceira

**Idade:** César Drucker  
**Congêneres Nacionais e Confederações:** Paulo de Magalhães  
**Jornalismo:** Hildenira de Souza Grassia  
**Jurídica:** Paulo Roberto Coelho de Figueiredo

#### EXPEDIENTE – Correio da FASP-RJ

**Diretor-Responsável**  
Marcos Vinício Gomes Pedro  
**Editora:** Nira Grassia  
REG: MTB 15.205  
niragrassia@gmail.com

**Diagramação:** Leonardo Santos  
(21) 7889-2354  
leonsant01@gmail.com

#### COMERCIAL E PUBLICIDADE

Neto Consultoria - José Augusto  
(21) 2556-1177 / 9969-5105  
jose.catharino@gmail.com

#### REDAÇÃO E PUBLICIDADE

Rua Senhor dos Passos, 241. Sobrado – Centro – RJ – CEP: 20061-015 - Telefone: (21) 2507-1121 – FAX: (21) 2252-8955

**Impressão:** Newstec  
Tiragem: 10.000

Todas as matérias assinadas neste jornal são de responsabilidade dos autores. A FASP-RJ se exime de qualquer responsabilidade.

# O servidor público civil e os adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas (Parte I)

**A** Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, prevê no seu artigo 7, que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

A Lei n.º 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, na sua Subseção IV, que trata dos Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Atividades Penosas, define claramente no seu artigo n.º 68, que os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles, sendo que o direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão, devendo haver permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

A servidora gestante ou lactante deverá ser afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais insalubres, perigosos ou penoso, exercendo suas atividades em local salubre e

em serviço não penoso e não perigoso.

Fixa ainda a legislação que o adicional de atividade penosa será devido aos servidores públicos em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem nos termos, condições e limites fixados em regulamento próprio.

Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria, devendo ser submetidos a exames médicos a cada 6 (seis) meses.

Na concessão dos adicionais de atividades penosas, de insalubridade e de periculosidade, serão observadas as situações estabelecidas nas legislações específicas do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Previdência Social – Instituto Nacional do Seguro Social, conforme demonstraremos a seguir.

Já a Lei n.º 8.270 de 17 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura as tabelas de vencimentos, define no seu artigo n.º 12 que os servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais perceberão adicionais de insalubridade e de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral e calculados com base nos seguintes percentuais:

I - cinco, dez e vinte por cento, no caso de insalubridade



**JAQUES SHERIQUE**  
Engenheiro Mecânico e de Segurança no Trabalho

de nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente;

II - dez por cento, no caso de periculosidade.

O adicional de irradiação ionizante será concedido nos percentuais de cinco, dez e vinte por cento, conforme se dispuser em regulamento do órgão e a gratificação por trabalhos com Raios-X ou substâncias radioativas será calculada com base no percentual de dez por cento.

Os percentuais fixados acima incidem sobre o vencimento do cargo efetivo.

O adicional de periculosidade percebido pelo exercício de atividades nucleares é mantido a título de vantagem pessoal, nominalmente identificada, e sujeita aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação dos vencimentos.

Os valores referentes a adicionais ou gratificações percebidos sob os mesmos fundamentos acima, superiores aos aqui estabelecidos, deverão ser mantidos a título de vantagem pessoal, nominalmente identificada, para os servidores que permaneçam expostos à situação de trabalho que tenha dado origem à referida vantagem, aplicando-se a esses valores os mesmos percentuais de revisão ou antecipação de vencimentos.

## TERCEIRA IDADE EM DESTAQUE



**CÉSAR DRUCKER**  
Engenheiro

### FASP-RJ reeleita para Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos

A Federação continuará a participar do Conselho no biênio 2011-2013, em prosseguimento ao mandato que exerceu até agora, de 2009-2011. A eleição foi promovida pelo Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro-FORUMPNEI-RJ, que indica ao Conselho os representantes da sociedade civil.

A FASP-RJ participa do Conselho e do Fórum através dos seus representantes Cesar Drucker, efetivo, e Paulo de Magalhães, suplente.

Juntamente com os objetivos gerais de defender os direitos dos idosos, eliminar discriminações e promover sua participação na sociedade, é preocupação desses representantes o futuro dos direitos previdenciários dos aposentados e pensionistas estaduais e municipais no Estado do Rio de Janeiro.

### Aposentados poderiam voltar ao ensino

A recente aprovação oficial de um livro didático que aceita o falar errado mostra, mais uma vez, as falhas do ensino público. Sabe-se que existem mais de dois mil professores municipais e mais de mil professores estaduais à disposição da administração para atividades burocráticas. Seria melhor que eles retornassem às salas de aula, e aquelas atividades fossem desempenhadas por professores aposentados, com remuneração complementar à sua aposentadoria. A experiência destes mestres ajudaria a não acontecerem falhas como esse livro.

### FASP-RJ em Seminário focado na previdência

Realizou-se em São João da Barra, cidade do Norte fluminense, o seminário de integração de trabalhadores e funcionários, que teve o patrocínio da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, CSPB, e da Nova Central Sindical de Trabalhadores - RJ, NCST-RJ.

Representando o Presidente da CSPB, João Domingos Gomes dos Santos, compareceu Cosme Nogueira. O Presidente da NCST José Calixto Ramos compareceu, junto com o presidente da NCST-RJ, Sebastião José da Silva. O Coordenador do Seminário foi Leilson Rangel, que é Vice-Presidente Regional da NCST Norte e Noroeste Fluminense, e também Diretor da NCST Nacional.

A tônica do evento foi a previdência dos servidores públicos. Foram palestrantes Delúbio Gomes, do Ministério da Previdência Social, e Evandro Antonio da Silva, da Associação das Entidades de Previdência dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Participaram mais de duzentos representantes de 22 sindicatos municipais, 18 sindicatos de trabalhadores da iniciativa privada e 3 Federações.

Não compareceu o Sindicato dos servidores do município do Rio de Janeiro, pelo que as reclamações dos servidores sobre o PREVI-RIO foram apresentadas por Cesar Drucker, que representou a FASP-RJ.

### Conferências regionais preparam a Estadual do CEDEPI

Nos meses de junho e julho, serão realizadas em todo o estado as nove Conferências preparatórias que reunirão todos os Conselhos municipais de direitos dos idosos. As cidades em que se realizarão as Conferências são: Barra Mansa, Macaé, São Gonçalo, Itaperuna, Três Rios, Mangaratiba, Petrópolis, Cabo Frio e Nova Iguaçu. Nessas Conferências Regionais, serão designados os delegados que comporão a Conferência Estadual a ser realizada em agosto no Rio. O conjunto dos delegados eleitos em todas as Conferências Estaduais vai se reunir em Brasília em novembro na Conferência Nacional.

## ENTREVISTA: Professor Fábio Andrade Marinho (Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Araruama)

### O que é necessário para ingressar no sindicato?

É necessário ser membro efetivo (concurso) do serviço público do município de Araruama e apresentar contracheque, documentos de localização de residência e o desejo, logicamente, de se filiar.

Nosso sindicato fica localizado na Região dos Lagos, na cidade de Araruama, Rua da Constituição 569.

### A sua administração vai até o ano 2014. Quais as ações que são defendidas para melhorar o sindicato neste período?

Descentralização das atividades administrativas. O sindicato tinha um comportamento um tanto direcionado, centralizado para as ações da presidência. Hoje nós entendemos que as diretorias devam assumir seus papéis e suas competências. Então descentralizar não só na sede administrativa, mas também criar delegacias distritais, delegacias sindicais nos distritos. Buscamos também como ação a nomeação de membros numa comissão independente de prevenção de acidentes. O comportamento que o sindicato tem feito quando necessita fazer fiscalizações é buscar apoio do ministério público do trabalho. Porém, nós necessitamos do decreto municipal para criação da CIPA, para que o sindicato junto com o colegiado pleno possa

fazer as fiscalizações e trazer melhorias sociais de trabalho e segurança de trabalho para os servidores do município.

Agora, na verdade, a maior missão do nosso sindicato hoje é lutar pelo reajuste salarial para todas as categorias profissionais em defesa do cumprimento dos direitos trabalhistas.

### O que o Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Araruama oferece aos seus associados?

Assessoria jurídica. Há um projeto de se criar ainda neste ano de 2011, o Centro de Requalificação Profissional para que o servidor possa fazer curso de atualização como, por exemplo, o curso de informática e, para aqueles que necessitam, um trabalho de alfabetização. Outro projeto importante para este ano é a inauguração de nossa biblioteca.

### Nesse período como presidente, qual foi a sua grande conquista em favor dos associados?

A grande conquista é a credibilidade que essa administração está passando para os servidores. Em relação à mobilização sindical estamos com trabalho de negociação coletiva onde conseguimos na pauta de negociação separar questões administrativas que estavam arquivadas pelos prefeitos anteriores. Existem processos de 20 anos que os



servidores estão aguardando, ou seja, processos de anuênio, enquadramento por tempo de serviço, por formação, processo de recebimento de 1/3 de férias, servidores com 3, 4 períodos de férias sem receber, entre outros. Então nós buscamos organizar duas propostas, uma administrativa para desbloqueio de processos e outra de forma cronológica ao atendimento desses processos. Outra questão é o diálogo. O sindicato retornou a negociar com o administrador. O Sindi-

cato dos Servidores Municipais de Araruama ficou praticamente dez anos sem sentar numa mesa de negociação, sem articular direito dos servidores. Nós retornamos com essas questões e estamos travando um debate sério e responsável.

No dia 25 de fevereiro deste ano aconteceu uma paralisação de servidores em nossa cidade que mobilizou mais de 300 servidores. E, no dia 18 de março tivemos uma mobilização sindical com paralisação de atividades,

aliás, o sindicato dos servidores algum tempo não fazia esse processo de mobilização sindical. Então essas mobilizações são conquistas do sindicato, conquistas conjuntas com o Davi, com o Messias, com o César, que são os diretores, com Luiz Henrique Brasil, com a professora Mara, com a professora Sheila e com todos os diretores.

### Quais os planos para o futuro do sindicato?

Temos uma atividade sindical que, com certeza, vai nortejar todo trabalho que é a busca incessante pela mobilização. Vamos continuar com atos públicos no dia 1º de maio, dia do trabalhador, pois o sindicato dos servidores nunca tinha feito atos públicos neste dia.

Também pretendemos elaborar metas mais objetivas para avanço das propostas e protocolo de intenções, ou seja, desmembrar os direitos trabalhistas das questões de recuperação salarial. Hoje nós temos uma negociação salarial paralela que está no índice de perdas salariais de 45% para os servidores públicos do município de Araruama.

### E em favor dos associados?

Estamos negociando convênios com cursos de idioma, com universidades, plano odontológico e plano de saúde com baixos preços para os nossos servidores associados.

## Concurso para Auditor Fiscal 2011 - Posicionamento da AFRERJ

A AFRERJ, Associação dos Fiscais de Rendas do Estado do Rio de Janeiro, apóia veementemente as decisões da Secretaria de Fazenda no que se refere a quaisquer me-

das que evitem injustiças nos concursos para Auditor Fiscal de Receitas Estaduais - AFRE.

Importante ressaltar que desde que voltaram a ser re-

alizados, todos os concursos foram conduzidos com a lisura esperada de um órgão do Governo do Estado do Rio. A AFRERJ reafirma seu compromisso em apoiar a re-

alização de novos concursos e espera que os mesmos continuem sérios, organizados e, acima de tudo, executados de forma honesta.

Manifestamos, ainda, nos-

sa solidariedade com os candidatos aprovados de forma honesta no concurso de 2011 e desejamos que estes tenham força para superar o momento de frustração.

**EMPALHADOR DE MOVÉIS**  
CADEIRAS, SOFÁS, CAMAS ETC.

SR. ANTONIO CALLI  
CONTATO: 2541 0439 • 9236 4424

50 anos de tradição

## Conversando com o Rio



**PEDRO CARLOS PEREIRA**

UFRR - Projeto Fundação IM/  
UFRJ - GHEMAT-PUC/SP

Como vai minha amiga *Rio de Janeiro*? É muito bom conversar com você outra vez. Como é bom matar as saudades... O que tens para me contar?

É meu amigo Pedro, este é o nosso segundo encontro, e não sei como começar esta nossa conversa. Veja você, logo eu que tenho tantas belezas mil. Que tal falarmos sobre uma de minhas ruas?

Minha cara, como você é esperta. Sabe cativar os amigos. Como sempre falou o poietinha Vinícius de Moraes, ninguém é carioca em vão. E ser carioca é antes de mais nada um estado de espírito.

Bem, Pedro deixa de papo e me escuta. Você sabe onde fica a Rua do Ouvidor? Claro. Esta rua tem a sua origem em um trecho que levava os comerciantes aos trapiches, como eram conhecidos os armazéns onde se guardavam as mercadorias importadas ou para serem exportadas, na época do antigo porto do Rio, local próximo onde se localiza o atual Centro Cultural dos Correios.

Meu amigo, esta rua já possuiu diferentes nomes. Dentre tantos, podemos citar: Rua do Gadelha, Rua de Aleixo Manuel, Rua do Barbalho, Rua

da Santa Cruz, Rua da Quitanda, Rua de Pedro da Costa e Rua da Sé Nova. Entretanto, o nome *Rua do Ouvidor* só veio ser formalizado no ano de 1746, quando nela veio morar o meu Ouvidor-Mor, o senhor Manoel Pena de Mesquita Pinto. Como eu te conheço, sei que vai me perguntar mesmo, então já explico. Ouvidor-mor era uma das três figuras criadas para auxiliar o Governo Geral. Sua função era cuidar dos assuntos judiciais da colônia.

Tempos atrás meu caro, esta rua era a mais importante que eu tinha, pois nela havia os grandes jornais cariocas, como por exemplo, o *Jornal do Commercio*, e importantes revistas, como a *Semana Esportiva* e *O Malho*, portanto, era o lugar para onde a população vinha buscar as mais importantes informações. Veja meu amigo, isto aconteceu até 21 de fevereiro de 1912, quando surgiu a minha rival, a novíssima Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco, em homenagem ao grande diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o famoso Barão do Rio Branco.

E hoje minha amiga, como está a Rua do Ouvidor?

Você adora perguntar o que já sabe. Mesmo sendo estreita em sua largura, atualmente é uma rua estritamente comercial e demasiadamente movimentada. Em seus prédios há uma diversidade de lojas, principalmente de roupas e calçados, agências bancárias, galerias comerciais, livrarias, botequins e restaurantes, prédios de escritórios e demais estabelecimentos.

Pedro, já esta tarde e tenho que ir. Mais uma vez eu lhe digo, para semana talvez nos vejamos quem sabe, pois é quanto tempo, o sinal vai abrir...



**ARNALDO NISKIER**  
Doutor em Educação,  
membro da Academia  
Brasileira de Letras e  
presidente do CIEE/RJ

A cada dia somos surpreendidos com incríveis inovações, na educação brasileira. Tudo é tão estranho que parece uma armação para que continuemos a patinar nas piores classificações internacionais de qualidade do ensino. Cresce a nossa economia,

estamos na lista das dez maiores nações do mundo, chega-se a pensar na escolha do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, mas há como que uma força que impele a educação para trás.

O jornal "O Dia", do Rio de Janeiro, denunciou que o Ministério da Educação aprovou para compra uma obra inacreditável de língua portuguesa, destinada a alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos). Trata-se do livro "Por uma vida melhor", da coleção Viver e Aprender, adotado por 4.236 escolas públicas de todo o país e destinado a alunos do antigo supletivo do 6º ao 9º ano (volume 6). Quase 500 mil exemplares.

Nele vem a clássica exploração, naturalmente demagógica, do que se entende por expressões populares.

## FASP-RJ participa de reunião da CNSP em Miguel Pereira

O presidente da FASP-RJ, Dr. Marcos Vinício Gomes Pedro, e integrantes da entidade participaram de reunião nos dias 27, 28 e 29 de maio, promovida pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP). O encontro foi realizado em Miguel Pereira, Sede Campestre da Associação dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais do Estado do Rio de Janeiro (ASPEM-RJ). Na oportunidade estiveram presentes gestores de federações, sindicatos e associações de vários estados do Brasil.

Integrando a pauta, um dos assuntos de importância foi o resgate dos direitos do servidor público, além da viabilidade de criação de uma cartilha para que o servidor tenha mais informações. "Nós podemos numa cartilha mostrar para o nosso servidor como ele deve atuar. Na medida em que ele atua bem numa lei de diretrizes orçamentárias, numa lei orçamentária, em qualquer outro setor, ele pode reivindicar. O que nós pleiteamos é que haja a possibilidade para que o servidor seja informado e preparado da melhor forma possível", sugeriu Antonio Tuccilio.

Na avaliação do presidente da FASP-RJ, a criação da cartilha será de grande ajuda para os servidores e acrescentou: "Se nós começarmos a trabalhar efetivamente dentro de um princípio de uma cartilha, amanhã não será apenas



o servidor público que vai se valer disso, a sociedade como um todo vai ter por onde poder se inspirar para contestar essas aberrações que existem em certos tipos de tributos", ressaltou Marcos Vinício.

A reunião seguiu com as palestras do Deputado Paulo Ramos, que discursou sobre a Situação

Funcional do Servidor Público; do Coordenador Administrativo do SMFR do Iaserj Central, Suli Ayres, que falou da Saúde e Segurança no Trabalho – Valorização da Qualidade de Vida do Servidor Público e o palestrante Wagner Dalla Costa, da Proposta de Implementação do SITE CNSP.

## Por uma vida pior

Um bom exemplo é o "nós pega o peixe". Os autores se defendem com a afirmação de que podemos também adotar, em lugar da norma culta, a norma popular da língua portuguesa, o que francamente não existe, sobretudo quando se examina o sentido pedagógico da escola, como instrumento de elevação cultural. Se alguém disser, como querem os autores da obra citada, "os livros ilustrados mais importantes estão emprestados", quando o aluno for vitimado por essa construção linguística, não se poderá alegar preconceito contra ele. É uma forma de falar ou de escrever que irá esbarrar na necessidade de aprendizado da norma culta, aquela que é utilizada em concursos e testes de todas as maneiras.

Brinca-se muito com a frase "um

chops e dois pastel", que seria corrente na vida do paulistano. Isso é objeto de gracejos e ninguém vai defender essa maneira de falar como sendo expressão popular. É ignorância propriamente dita. Variações linguísticas são defensáveis, afinal temos um país em que prevalece a diversidade cultural, mas tudo tem seus limites.

O pior mesmo é quando isso é adotado oficialmente, fazendo da exceção a regra e, o que é mais grave, levando à desmoralização do pretendido pelo EJA, um programa crescente, destinado a alunos vitimados pela distorção idade/série em nossas escolas.

Sobra razão à professora Alzira Batalha, da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, quando afirma que "li-

avros como esse reforçam a exclusão social." Quando o aluno assim (des) preparado for levado a um teste de emprego, sem falar em concursos, será logo discriminado. Se ele, ao se defender, disser que aprendeu a falar dessa maneira na escola, pouca gente acreditará na verdade da afirmação.

Todo autor tem liberdade de expressão, assegurada pelos princípios democráticos da Constituição brasileira. Cabe ao FNDE, no entanto, escolher as obras mais adequadas à nossa realidade. Encher os municípios de livros que procuram os caminhos tortuosos da nossa língua é medida despropositada. A menos que exista mesmo uma armação para se chegar ao quanto pior, melhor.

## ENTREVISTA: Dr. Bernardo Vasconcellos Massière – Cirurgião Vascular



### Quais as atribuições de um cirurgião vascular?

É um médico preparado para tratar as doenças das artérias, das veias e dos vasos linfáticos. O cirurgião vascular está preparado para tratar doenças nesses vasos, seja no cérebro, seja no braço, no abdômen, no tórax ou nos membros inferiores. Ele auxilia prevenindo e tratando as doenças dos diabéticos, atua combatendo os malefícios causados pelo cigarro. O cirurgião vascular ele pode tanto oferecer tratamentos clínicos, utilizando medicações, assim como também realizar cirurgias quando essas se fazem necessárias.

**Todos falam em trombose, mas, entretanto, são raras as pessoas que sabem o que é. O senhor pode explicar?**

A trombose é um fenômeno do qual o sangue solidifica no interior de um vaso, seja uma artéria, seja uma veia. Esse fenômeno pode ocorrer tanto em vasos cerebrais como nos vasos do coração, na artéria coronária, na aorta abdominal ou nas artérias das pernas. Quando o sangue se solidifica ele se transforma num trombo que é o nome dado ao sangue solidificado. Quando esse fenômeno ocorre, aquela artéria, aquela veia, deixa de levar sangue àquele órgão ao qual está relacionado podendo promover problemas muito graves ao paciente, dentre eles, acidente vascular cerebral, que é conhecido como derrame ou infarto do coração.

Além disso, nos pacientes diabéticos, quando a trombose ocorre nas artérias das pernas, ela pode

cursar com isquemia da perna, uma condição muito grave que nos seus estágios mais avançados pode levar à amputação. Então é muito importante prevenir a trombose, estar atento a ela e tomar as medidas necessárias para evitar essa condição séria.

### De que maneira o aneurisma da aorta abdominal pode ser detectado?

Essa pergunta levanta uma questão fundamental ao nosso país que é a prevenção. É fundamental prevenir as doenças. E o aneurisma da aorta, seja ele abdominal, seja da aorta torácica ou os aneurismas de um modo geral, podem ser prevenidos quando a pessoa vai ao seu clínico. São os exames regulares realizados pelos médicos que cuidam da nossa saúde no dia a dia que previnem

e detectam esse problema. No caso específico da aorta abdominal, o aneurisma é detectado ao se realizar uma ultrassonografia abdominal, muitas vezes realizada por algum outro motivo e, casualmente, detectado. A tomografia do abdômen também é capaz de detectar o aneurisma, assim como a ressonância. Mas o principal fator para nos auxiliar na detecção precoce é o exame físico realizado pelo médico, que ao examinar o paciente vai observar indícios que faça com que ele suspeite da presença do aneurisma e assim solicite um exame para confirmar.

*(Leia entrevista completa no site [www.fasprj.org.br](http://www.fasprj.org.br). Lá você encontrará respostas sobre doenças das carótidas, diabetes, varizes, entre outras)*

# Paralisia Facial



**DR. VANDERLEI GASPAR DE FARIAS**  
Especialista em: Periodontia – Prótese - Implante

A **Paralisia Facial** é um distúrbio (parésia) ou uma paralisia total de todos, ou alguns, músculos da expressão facial. A paralisia Facial pode ser classificada como: Central e Periférica.

No caso apresentado na imagem podemos ver uma assimetria causada pela paralisia dos nervos faciais, com incapacidade de fechar o olho e mover o lábio do lado afetado. Trata-se de uma paralisia do tipo periférica.

A instalação dos sintomas desta patologia é repentina, geralmente noturna e precedida de dores ao nível da região Cervical.

Alguns dos sintomas iniciais, e

mais frequentes da Paralisia Facial incluem a sensação de dormência ou fraqueza, sensação de pressão ou edema da hemiface afetada, alterações no paladar ou, até mesmo, abolição deste em certas regiões internas da Cavidade Bucal; intolerância a barulhos, olho ressecado e/ou com dores em torno do mesmo, assim como no ouvido do lado afetado.

**Incidência** – Num ano ocorrem cerca de 14 a 25 casos de Paralisia Facial em cada 100.000 habitantes. No entanto este número tende a aumentar com a idade, apresentando maior incidência no sexo masculino a partir dos 50 anos, assim como, no sexo feminino entre os 10 e os 20 anos. O quadro desta Patologia é frequentemente associado a situações especiais, como gravidez, diabetes, etc.

**Sinais e Sintomas** – Os sinais que mais facilmente levam à identificação da existência de Paralisia Facial Unilateral são: Abolição das pregas frontais; Afundamento da parte interna das Sobrancelhas;

Sinal de Charles de Bell (incapacidade de oclusão do olho) na hemiface afetada; Desvio do Nariz, Boca e Língua para o lado não afetado; O Sulco Nasogeniano (vai desde o nariz até ao canto da boca) encontra-se abolido, assim como o Sulco Nasolabial; Apagamento da Comissura labial; Bochecha pendente “ em saco “; Ptose da Pálpebra Superior e Inferior; Os 2/3 anteriores da língua ficam com a sensação gustativa abolida.

O olho da Hemiface afetada não fecha, logo a córnea não é lubrificada. É então obrigatório o uso de um Gel (lágrima artificial) e o portador da Paralisia Facial tem que dormir com o olho tapado com um Penso Oftálmico Protetor, ou penso oclusivo.

**Diagnóstico** – Não existe nenhum exame ou teste específico para a detecção de Paralisia Facial Periférica. Assim, o médico deve descartar qualquer distúrbio que não esteja associado à patologia, através da história do paciente e da análise dos resultados de estudos radiográficos, de uma Tomografia Axial Computadorizada



(TAC) ou de uma Ressonância Magnética (RM). É também de extrema importância o Fisioterapeuta fazer a sua avaliação e em conjunto com o médico responsá-

vel, realizarem o tratamento mais eficaz, em cada caso.

*(veja no site [www.fasprj.org.br](http://www.fasprj.org.br) os tratamentos e exercícios para este problema)*

# PROCESSO JUDICIAL FORO CAPITAL - RJ (FESEP X FASP)

O Sr. Fernando Sanches presidente da Federação dos Servidores públicos Municipais do RJ, ingressa em Juízo com MEDIDA CAUTELAR INOMINADA, solicitando LIMINAR e que a FASP-RJ se ABSTENHA DE, entre outros procedimentos: A) Representar qualquer Categoria de Servidor Municipal; B) Que não use jornais, panfletos, internet e quaisquer meios de comunicação, a expressão - "MUNICIPAIS"; C) Não receber qualquer contribuição sindical dos Municípios; D) Se receber transferi-las para a FESEP; E) Não atender a qualquer deliberação em defesa dos Servidores Municipais; F) Esperar até o final da decisão judicial, se já houver defendido Servidores Municipais; G) Não admitir filiados Sindicatos Municipais; H) Se tiver algum Sindicato Municipal filiado, desfilia-los; I) Que e somente a FESEP-RJ de agora em diante será a Única representante de todas as categorias Municipais do Estado.

Isto ocorreu em 02.09.2009.

Tendo ocorrido todos os trâmites legais, entre Defesas, Réplicas, vaís e vens, em 23.11.2009 ingressa com outro processo, agora com AÇÃO DECLARATÓRIA pelo procedimento SUMÁRIO. Sem deixar que o 1º Processo, chegue ao seu julgamento.

Na 1ª investida o Juízo da 15ª V. Cível Capital NEGOU A LIMINAR processo N.º 2009.001.227562-8.

Na 2ª investida AÇÃO DECLARATÓRIA processo N.º 0388391-35.2009.8.19.0001, após os trâmites legais, Defesas, Réplicas e Tréplicas o Juiz da 15ª V.C., marcou Audiência de Conciliação e Julgamento para 10.05.2011, às 15:15 horas.

Cuja Decisão: ASSENTADA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO No dia 10 de maio de 2011, à hora marcada, na sala de audiências deste Juízo, na presença do Juiz, Dr. GUSTAVO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES, foi feito o pregão o pregão de estilo, ao qual responderam as partes e seus advogados. Pelo MM. Juiz foi dito que: "Considerando que a presente versa sobre representação sindical e que para seu exame afigura-se necessária decisão que enfrente e interprete Legislação Trabalhista, não vejo como a matéria ser tratada no âmbito da Justiça Estadual. Não se confundem questões estatutárias atinentes ao vínculo do servidor com a administração com discussões que envolvem a natureza sindical e sua regulamentação na legislação federal. Saliento que, ainda que a competência fosse Estadual, jamais seria de Varas Cíveis, pois se a relação jurídica relevante para

competência da Justiça Estadual for a relação entre servidor e administração, seria hipótese de competência Fazendária Estadual DECLINO da competência para a Justiça do Trabalho Pela parte autora foi interposto Agravo Retido nos seguintes termos: apresenta seu inconformismo visto que a administração pública não figura na lide. Trata-se apenas de questão sindical envolvendo servidores públicos, razão pela qual o STF e STJ já se manifestaram determinando a competência da Justiça Comum, por força da liminar ADIN concernente ao art.114, I da CF, razão porque foi dado efeito extensivo ao inciso III. A parte ré concorda com qualquer foro. Publicada em audiência, intimados os presentes, registre-se. Nada mais havendo, foi encerrada a presente. Eu, mat.01/24806, TJ-I, digitei. GUSTAVO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES Juiz de Direito

"Na verdade o Sr. Fernando Sanches, D.D Presidente da FESEP, no afã de tudo levar, tudo pedir, tudo querer, por enquanto nada levou e deixou a sua entidade 'SUB JUDICE', podendo até ser contestada em JUÍZO, no que tem a receber de Imposto Sindical de suas filiadas.

E, diga-se de passagem, que a FASP-RJ aceitaria conciliação, não aceita pela Autora, durante o julga-

mento.

A matéria Unicidade Sindical é controversa e o Supremo Tribunal Federal já decretou em alguns julgamentos: "Sem o registro no órgão estatal competente que ainda continua a ser o Ministério do Trabalho, circunstância esta que confere maior efetividade ao princípio da Unicidade Sindical, a entidade, ainda que registrada, no registro civil das pessoas Jurídicas, não terá caráter sindical, desvestindo-se de qualquer validade (v. fls. 49 AD / n.º 413-5-DF, Pleno, rel. Min. Marco Aurélio).

Verifica-se, pois, que a anterioridade do sindicato é determinada perante o Ministério do Trabalho."

Assim é que provado está que a FASP-RJ, tem Certidão de Registro Sindical com data de 31.05. de 1990, enquanto que a FESEP-RJ tem Declaração de Registro Sindical de 18.06.de 1990.

A FASP-RJ é a mais antiga em Fundação 25.10 de 1961, e Registro Sindical em 31/05 de 1990.

A Vitória até aqui foi da FASP-RJ, espero que o Sr. Fernando Sanches, desista da demanda, ou aceite um acordo, para que não venha a ficar sem nada.

Pelo que pretende a FESEP-RJ, pelo seu Presidente Fernando Sanches "Cascavel, ..." pelo contrário

, as provas dos autos evidencia que foi a FASP-RJ, quem primeiramente se inscreveu como entidade representante no Ministério do Trabalho como representante dos Servidores Públicos do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro. Tendo por isso mesmo o direito de representá-los.

O que a FASP-RJ entende e não acha bom para o Estado do Rio de Janeiro e seus Municípios, é ser a única entidade de 2º grau a representá-los, deixando que a FESEP-R e ou outras entidades, também possam representá-los, se os Presidentes dos Sindicatos assim entenderem e não quiserem se filiar à FASP-RJ filie-se a outras Federações.

O artigo 5º da atual Constituição versa sobre todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos Brasileiros e aos Estrangeiros residentes no País, à igualdade, à segurança e à propriedade.

A FASP-RJ respeita o direito dos Sindicatos Estaduais e Municipais de não se filiarem a ela, FASP-RJ, e optar livremente em se filiar a outra Federação.

ISTO É O DIREITO DE LIVRE SINDICALIZAÇÃO

O Dr. ALVARO BARBOSA  
Diretor Jurídico da FASP-RJ.

## ATENÇÃO SERVIDORES PÚBLICOS !

Adquira já um plano de saúde completo com valores que se encaixam perfeitamente no seu orçamento.



a partir de  
R\$ **44,20**

**Top Plus**  
Ambulatorial

**CEMERU**  
Grupo de Saúde

Há mais de 30 anos cuidando da sua saúde.

**Planos Classic**  
(Ambulatorial + Hospitalar)

a partir de  
R\$ **76,87**

Central de Relacionamento  
(21) **2414-0013**

Valores referentes a planos exclusivamente para servidores públicos com desconto em folha.

# SERVIDOR PÚBLICO X CORRUPÇÃO

**G**ostaria de fazer um paralelo entre o Servidor Público e a forma que é visto pelos governantes e a corrupção que campeia no Congresso e nos diversos governos por todo o nosso país.

Em primeiro lugar vamos lembrar dos concursos públicos que estão rareando no Brasil. Cada vez mais eles não são realizados para que os partidos políticos possam colocar seus amigos e correligionários.

Algumas semanas atrás a Ministra de Planejamento Miriam Belchior declarou que os cortes no orçamento iriam atingir os concursos públicos e nomeações de novos funcionários.

É importante lembrar a realidade do serviço público no Brasil. De acordo com o Professor Vladimir Nepomuceno, que integra a equipe de monitores do CES- Centro de Estudos Sindicais e a Direção do DIAP- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, observamos que em todo o país este é o setor em que a grande maioria da população se ampara. Outra questão que merece análise é a participação dos servidores públicos na elaboração e execução das propostas e políticas públicas no Brasil.

Entretanto, o que se vê é exatamente o contrário. Desde o início da década de 90, os serviços públicos vêm sendo cada vez mais sucateados, privatizados, quando não apenas reduzidos. Já os servidores sofrem ataques com a falta de qualificação, de atualização e de melhores condições de

trabalho, congelamento de salários, retirada de direitos, redução de seus quadros, além de serem apresentados pelo governo como se fossem os culpados pelos serviços mal prestados.

Corremos sério risco de futuramente serem defendidas pelo Estado apenas cinco áreas, sendo: Diplomacia, Segurança Nacional, Arrecadação, Fiscalização e Advocacia. O restante seria privatizado ou simples-

mente fechado os serviços.

Hoje aumentam os servidores públicos celetistas, contratos, sem a estabilidade.

Segundo fonte recente do IBGE, comparando com países desenvolvidos, verifica-se que

estão aumentando os gastos com o serviço público, enquanto que no Brasil vergonhosamente investimos em 1999, aproximadamente, um terço do que era investido em 1970, quando tínhamos uma população menor.



Divulgação / Palácio Guanabara

**“ Corremos sério risco de futuramente serem defendidas pelo Estado apenas cinco áreas, sendo: Diplomacia, Segurança Nacional, Arrecadação, Fiscalização e Advocacia. O restante seria privatizado ou simplesmente fechado os serviços**

Gastos totais de governo em percentual nominal do PIB

PAÍS	% DO PIB 1970	% DO PIB 1999
Alemanha	38,3	46,9
Canadá	34,1	41,8
Espanha	21,6	40,8
Estados Unidos	30,0	31,2
França	38,5	53,9
Itália	32,8	49,4
Japão	19,0	38,4
Reino Unido	37,2	40,3
Suécia	42,8	59,6
<b>BRASIL</b>	<b>37,2</b>	<b>20,0</b>

Fonte: IBGE 1999

Outra informação é quanto a quantidade de servidores públicos. Maldosamente informa-se que há servidores demais no Brasil. A tabela, segundo o IBGE, mostra a seguinte realidade.

Relação de Servidores por grupo de mil Habitantes

País	Servidores/ 1000 habitantes
Estados Unidos	32,0
França	46,4
Reino Unido	91,4
<b>BRASIL</b>	<b>8,9</b>

Fonte: IBGE 1999

# Desperdício total

Pesquisamos outra fonte e a United Nation Statistics Division aponta em 2002 essa mesma relação da média nacional de Servidores públicos por 1.000 habitantes em 2,33.

Em boletim informativo do BNDES (Informe nº 42- junho de 2002) é dito que a “participação dos empregados do setor público no mercado de trabalho brasileiro é relativamente baixa se comparada à de países como Estados Unidos, México, Espanha e Canadá”. O que claramente notamos é a intenção de reduzir gradativamente os servidores públicos no país.

Por outro lado os gastos dos governos crescem muito mais que a inflação. Muito desperdício é verificado em todos os setores. Não existe fiscalização adequada e, portanto, os contratos não são cumpridos, porém são pagos integralmente gerando corrupção desenfreada, como acabamos de ver com a merenda nas escolas onde a alimentação não é entregue e os valores são pagos.

Urgência e flexibilidade nas licitações (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas 2016). Isso só serve para mostrar o péssimo planejamento dos gestores, que por incapacidade ou até má fé, fabricam emergência da contratação e possibilitam obras superfaturadas ou aditivos vultosos em desrespeito ao cidadão. Esse filme nós já assistimos por ocasião do Panamericano.



SXC.HU

Outra notícia veiculada aponta que as doações ocultas entre financiadores de campanha evidenciam os conchavos públicos – privados, raiz de toda corrupção.

Na edição de 10.05.2011 o Jornal Folha de São Paulo no seu editorial aponta que 72% dos recursos doados pelos dez principais financiadores de campanhas foram destinados a organizações partidárias, e não a candidatos. O dinheiro, todos sabem, se destina ao candidato, mas é o partido que recebe. Depois, repassa o donativo ao destinatário, longe do olhar do público.

Tudo na mais perfeita legalidade – e total ilegitimidade.

Ocultam-se o toma lá dá cá entre empresário doador e político. Protegido, o político pode devolver o favor ao empresário favorecendo-o com obras, doações, normas ou leis quando chega ao poder. O pior é que quase todos os partidos apoiam essa prática. Governo e oposição se envolvem nessas artimanhas e estão aliados para aumentar ainda mais a corrupção.

Mais um fato recentíssimo aponta uma manobra do Congresso Nacional elevando em R\$ 100 milhões os repasses da União para o Fundo Partidário (Jornal Estado de São Paulo – edição 11/05/2011).

O objetivo é zerar o déficit deixado nas contas dos parti-

dos pela campanha eleitoral do ano passado. Assim o PT, que fechou 2010 com quase 16 milhões no vermelho, fará jus agora a uma receita extra de R\$ 16,8 milhões provenientes do Fundo. E o PSDB, cujo déficit no ano passado foi de R\$ 11,4 milhões, contará com um reforço de caixa exatamente no mesmo valor. A oposição fica sem moral para qualquer crítica e se finge de morta por conveniência própria. Os governantes agem como se o governo fosse sua propriedade privada.

É de se perguntar: vale a pena o financiamento público de campanha? Segundo o jornal “trata-se de um casuismo, afrontoso, quando se lembra

que são os próprios parlamentares, eleitos para defender os interesses da população, que não tem o menor escrúpulo de botar na conta da viúva o prejuízo do péssimo exemplo que dão ao gastar, para se eleger, muito mais do que podem”.

Por tudo isso, em todas as ocasiões, tanto da parte do Executivo como do Legislativo, quando são analisadas qualquer vantagem para o servidor público sempre se questiona o volume de gastos que irá desequilibrar o orçamento e encontra justificativas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Por outro lado quando as vantagens são para os políticos e “amigos” tudo pode e tudo se justifica.

Nenhum servidor público consegue aumentar seu patrimônio em 20 vezes em apenas 4 anos.

Pobre país em que vivemos!

Não vamos entregar os pontos. Continuaremos denunciando as arbitrariedades e reivindicando o resgate dos nossos direitos.



**ANTÔNIO TUCCILLO**  
Presidente da CNSP

# Gente que faz III

## Idealismo e destemor; Outdoor não!

É louvável que o Deputado Wagner Montes (PDT) eleito pelo Estado do Rio de Janeiro pleiteie aumento de salários para os bombeiros e policiais militares. Foi ridículo seu projeto para transformar esses agentes públicos em outdoor ambulante, com a justificativa de que cada integrante dessas corporações receberiam meio salário mínimo regional por servidor lotado nessas unidades militares (Fonte: Jornal Extra 29 de março de 2011), projeto que estava na ALERJ desde 2007 e tinha recebido parecer favorável de quatro (4) comissões que iriam a votação no plenário, segundo o artigo do jornal. Ainda bem que o bom senso prevaleceu e o projeto foi retirado da pauta pelo

próprio Deputado (Fonte: Jornal Extra 30 de março de 2011) Em 2005, eu estava na solenidade de formatura dos novos aspirantes à oficial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, na academia militar Dom João VI. Lá, tive oportunidade de ver várias autoridades, dentre estas o nobre Deputado Wagner Montes, porém o que me chamou a atenção foram algumas placas ornadas com fotografias de jovens cadetes com a data de nascimento e de óbito. E nessa solenidade dos jovens cadetes, foram promovidos pós-morte - o jovem Tarso de Paula Moura e a jovem Roberta Fernandes dos Santos. Suas mortes sangraram meu coração, confesso que chorei. Os sonhos desses jovens foram

interrompidos, só ficou a saudade daqueles que os amavam. “Será que o Deputado viu com atenção essas placas?!”

No dia a dia do policial militar, independente da patente, ele está sempre de frente para a morte. É só olhar as estatísticas da corporação. Essas pessoas possuem no espírito a noção de servir o Estado, não se importando com os sacrifícios, nem sempre reconhecidos pela sociedade e mesmo por administrações de governo que passam a cada período de tempo. Temos de fazer essa reflexão e pensar o que podemos fazer de melhor por essa gente. É claro que o reconhecimento do seu trabalho com boa remuneração é um bom caminho, porém, temos

que exigir dedicação exclusiva ao mister do seu ofício para que a sociedade sintam-se protegida. Esses agentes públicos revestem-se da pessoa jurídica do Estado e como tal agem, possuem uma aura de respeito e dignidade, suas vestes só devem constar símbolos do Estado, da nação brasileira, medalhas de honra, cursos de qualificações militares e quando em ação conjunta com nações amigas, usam esses símbolos comum a todos. Em relação ao Corpo de Bombeiros, o nobre Deputado deveria ver o quanto é o montante arrecadado pelo imposto “Taxa de incêndio” que é cobrado anualmente “Lei nº6763/75”, imposto esse que foi criado ainda sob a comoção da tragédia do “Edifi-



**SULI AYRES SORRILHA**  
Diretor de Ação Social, Esporte e Cultura da AFIASERJ. / Representante da FASP-RJ no CIST-SES-RJ. / Coordenador Administrativo do SMFR do IASERJ CENTRAL. Técnico de Segurança no Trabalho.

cio Andorinhas, em 1986” onde houve 20 mortes e 50 feridos. Esse imposto, o que não é pouco, deveria servir para complementar os vencimentos dos agentes públicos do “fogo”. O Deputado tem cacifê eleitoral para reivindicar a melhora de vencimentos e qualidade de vida para os servidores bombeiros e policiais militares.

## Violência no Rio aumentou 40%

Meus companheiros servidores públicos, meus colegas policiais, civil, militar, inspetor penitenciário e bombeiros. Após a criação e implantação das UPPs nas favelas, o governo do estado cumpriu com a sua obrigação levando a ordem e a segurança para as comunidades.

Não podemos deixar de sentir que o planejamento aplicado nas 53 favelas estão atingindo bons resultados como a colocação de órgãos públicos e a da iniciativa privada levando aos moradores lazer,

turismo, cultura e segurança.

Porém, chamamos a atenção do governo para o índice de violência no asfalto, pois com a expulsão dos traficantes e das milícias das favelas, a violência se transferiu para a cidade com invasões de prédios e residências; arrombamentos; homicídios; sequestros; assaltos nas saídas dos bancos, como forma de arrumar dinheiro perdido com a ocupação.

Sabemos o quanto é difícil combater a criminalidade, mas não

podemos deixar de constatar que nesses cinco primeiros meses de 2011, a violência cresceu 40% no mesmo período do ano 2010. O carioca está assustado e com medo. Na cidade do Rio de Janeiro o cidadão está enjaulado com grades nas janelas e nas portas, enquanto os marginais estão soltos no asfalto.

Somente no mês de maio, tivemos três policiais assassinados; quatro taxistas foram assaltados e mortos e um assalto efetuado dentro do metrô super lotado de passa-

geiros, o que demonstra a covardia da gangue.

É, meus companheiros, a vida do policial em casa ou na rua é um constante perigo. São riscos da profissão. Precisamos do reconhecimento das autoridades, bem como da própria sociedade a quem defendemos, se preciso for, com a própria vida.

Faço um apelo ao ilustre secretário de segurança, que eu reputo o melhor e o mais inteligente de todos que passaram pela S.E.S.P.



**PAULO DE MAGALHÃES**  
Assessor de Congêneres Nacional e Internacional

O policial tem que ser visto como o guardião da sociedade, não pode ser assassinado covardemente. Temos que dar o troco.

## O F.M.I. Alerta!

O governo está preocupado com a possível volta das maquinetas que trabalham, principalmente, nos supermercados em horário integral. Os preços dos alimentos eram marcados pela manhã, à tarde e, às vezes, até a noite naqueles estabelecimentos que funcionavam 24 horas do dia.

Sem ser economista, o governo do senhor Lula, entre outros sucessos, soube controlar a inflação. Muita gente apareceu na televisão louvando a oportunidade que estava tendo de ter

um pedaço de carne fazendo parte do seu cardápio, o que não acontecia antes.

O atual governo, com pouco menos de seis meses já se pronunciou várias vezes que está numa luta ferrenha para conter a inflação que, segundo alguns pessimistas, já fugiu do controle.

Numa comparação com os nossos vizinhos, o nosso índice, nesse curto espaço de tempo já extrapolou em seis meses o percentual estabelecido como meta o mês de dezembro vindouro. O

objetivo para o fim do ano era de 6,4% e neste meio do ano já chegamos a 6,51, o que não deixa de ser preocupante se considerarmos o endividamento do povo que acabou dando um passo maior que a perna. Com a euforia das festas de fim de ano, o que permite o desenfreio desejo das compras, já proporcionou um acréscimo significativo nos juros dos famigerados cartões de crédito e uso abusivo do cheque especial.

Os filósofos do asfalto dizem que vale a pena comprar e depois

ver como vai pagar.

Isto tudo é muito desalentador se considerarmos que na América do Sul a colocação do Brasil não é das melhores. À nossa frente temos a Colômbia com 2,8%; o México com 3%; o Peru com 3,3% e o Chile com 3,4%. Nós ganhamos apenas do Uruguai, com 8,3% e da Argentina com 9,7%.

No ranking do Produto Interno Bruto ficamos com a mais baixa cotação. Não passamos de 4,5%, enquanto as estatísticas apontam o Peru como o de maior



**TRINITÁRIO ALBACETE**  
Jornalista

desenvolvimento, com 7,5%.

O Fundo Monetário Internacional alertou que o brasileiro já foi convidado a apertar o cinto. Vale a pena pensar duas vezes antes de gastar para que o convite não se repita.



**ALVARO BARBOSA**  
Diretor Jurídico da FASP-RJ

São Prerrogativas dos Sindicatos o Art. 513 - A

Art. 513 - São prerrogativas dos sindicatos:

A) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;

B) celebrar contratos coletivos de trabalho;

C) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;

D) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;

E) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.

Parágrafo único. Os sindicatos de empregados terão outrossim, a prerrogativa de fundar e manter agências de colocação.

**NOTA EXPLICATIVA**

1) As prerrogativas que o artigo em epígrafe outorga ao sindicato semelham prerrogativas de potestade pública, como se diz em Direito Administrativo. Situa-se o Sindicato em posição diferente da de um simples cidadão quando adota ou recomenda medidas visando ao bem de toda a categoria profissional que representa. Por meio das prerrogativas arroladas no artigo sob comentário, o Poder Público coloca o sindicato em posição de concretizar, da melhor maneira possível, o interesse de todos os seus representados, que são os membros de uma certa categoria profissional de servidores públicos. As prerrogativas atribuídas ao sindicato não podem ser usadas pelas associações profissionais, embora legalmente registradas.

Como salientamos anteriormente, é o sindicato pessoa ju-

# ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO PRERROGATIVAS DOS SINDICATOS

(PARTE 16)

rídica de direito privado e isto sem embargo dos poderes que a lei lhe confere.

2) O texto da alínea “a”, do artigo sob estudo, abriga o traço distintivo do sindicato frente a uma associação profissional. Enquanto esta só representa os interesses de seus associados, o primeiro tem a prerrogativa de representar, não apenas os seus filiados, mas todos aqueles que compõem a categoria profissional de servidores num mesmo Município ou região.

Aqui nos parece oportuno discutir a possibilidade ou não de uma associação profissional ser criada, embora já exista um sindicato regularmente registrado no Ministério do Trabalho para a mesma profissão de servidores em idêntica base territorial. Seria realmente desejável que essa dualidade de representação profissional de servidores fosse viável. Mas, em nosso entendimento, tal não é possível. Consoante o art. 512 da C.L.T., só as associações profissionais constituídas e registradas de acordo com o art. 558 podem ser reconhecidas como sindicatos e investidas nas prerrogativas definidas nesta lei. Ora, já existe o sindicato, para que organizar a associação profissional? Não é certo que ela - associação - constitui a etapa obrigatória que precede o nascimento legal do sindicato? Portanto, na hipótese aventada, a organização da associação ficaria sem objetivo legal.

De outra parte, se o sindicato - por força de norma legal imperativa - representa os interesses de todos os membros de uma profissão de servidores públicos - sejam eles ou não seus filiados -, os membros de uma associação profissional coexistente ao sindicato já estariam definidos por este último. A única conclusão a que nos leva a própria lei é a de que uma associação profissional e um sindicato não podem coexistir quando houver os pressupostos de representação de membros de uma categoria profissional de servidores em idêntica base territorial.

A prerrogativa que a lei confere ao sindicato de representar, perante autoridades administra-

tivas e judiciárias, os interesses gerais de uma categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida, exige algumas palavras de esclarecimento. Na representação dos interesses gerais da categoria, o sindicato fala em nome não apenas de seus associados, mas de todos aqueles que integram a mesma categoria, ao passo que, em relação aos interesses individuais, só poderá fazê-lo quando o interessado for seu associado.

Representação não se confunde com a substituição processual.

Na primeira hipótese, é imprescindível o instrumento procuratório e, aí, o sindicato vai a juízo defender, em nome do titular, o direito deste; na substituição processual, a lei autoriza, expressamente, o sindicato a estar em Juízo em nome próprio defendendo interesse alheio.

No inciso I, do artigo em estudo, se faz menção à representação como uma das prerrogativas do sindicato.

Há certa dúvida quanto à recepção desse dispositivo consolidado pela Carta Constitucional de 1988, porque no inciso III, do seu art. 8º, é dito que “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”.

Aumentou a insegurança, nos meios jurídicos, no tangente ao verdadeiro alcance do precitado inciso constitucional, com decisões do Supremo Tribunal Federal (AgRAg 153.148, in DJU de 17.11.95; RE 181.745, in DJU de 19.12.96 e RE 202.063, de 27.6.97) sustentando que ele confere às entidades sindicais a substituição processual, o que foi acolhido pelo legislador ordinário no art. 3º, da Lei n. 8.073/90”. O tribunal Superior do Trabalho, pelo Enunciado n. 310, reconhece que este último diploma legal só autoriza a substituição processual, pelo sindicato, nos casos em que toda a categoria profissional reivindica em juízo reajustes salariais específicos. Ficamos mais perto da posição do TST porque, a

nosso ver, o referido inciso III, do art. 8º da Lei Fundamental, quando incumbe o sindicato da defesa dos direitos coletivos ou individuais da categoria, deixou ao legislador infraconstitucional a incumbência de esclarecer se essa defesa ganhará forma de substituição ou de representação profissional.

3) Entendemos que, na hipótese de serem conflitantes os interesses de dois ou mais sindicatos filiados a uma mesma federação, nada impede que cada um deles vá diretamente à autoridade competente para pôr fim à divergência. Pensamos que, em se tratando de uma Federação, seu contato com a autoridade legalmente habilitada a resolver o problema que eventualmente suscitar deve ser precedido de um outro, com a respectiva Confederação. Se o assunto for da conveniência do grupo profissional, em termos nacionais, a pretensão ganhará maior força se encampada pela Confederação. Nossas observações terão validade enquanto o nosso País conservar a atual estrutura sindical.

4) Os contratos coletivos de trabalho, a que alude a alínea “b” do artigo sob comentário, foram divididos, pelo Dec. - lei n. 229, de 1966, em duas classes: convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho. O sindicato é o sujeito obrigatório da convenção coletiva, isto é, do pacto que abrange toda uma categoria profissional. No que tange ao acordo coletivo de trabalho, é também o sindicato o sujeito, mas caso se recuse a participar dos atos conducentes à sua concretização, poderá ser ele substituído pelos próprios servidores interessados. Assim se sublinha que o acordo coletivo só alcança uma ou várias empresas.

A Lei de Greve autoriza a greve de trabalhadores inorganizados em sindicato. A comissão que os representa tem a faculdade de celebrar acordo coletivo de trabalho que ponha fim ao conflito. É o que decorre do texto da Lei de Greve. Que no caso de servidores públicos há que ter bastante cautela, porque o serviço público é prestado para a população como um todo.

E, o contrato de trabalho no serviço público é somente para serviços específicos e tempo determinado. Bem diferente do trabalhador da iniciativa privada.

5) Dispõe a alínea “c”, do artigo em epígrafe, que o sindicato tem a prerrogativa de eleger ou designar representantes da respectiva categoria ou profissão liberal. A disjuntiva “ou” fez com que alguns comentaristas levantassem a dúvida sobre a necessidade ou não de os representantes do sindicato serem eleitos em assembléia geral. É a evidente que a redação do dispositivo deixa muito a desejar. Mas é indubitável que a letra “c”, do art. 513, quer dizer que, conforme a natureza do órgão em que a entidade se deve representar, haverá eleição ou designação. O representante do sindicato numa Junta de Conciliação e Julgamento é eleito; o delegado sindical de uma empresa é designado. Esta a interpretação que nos parece a mais correta, em face das demais disposições desta Consolidação, máxima as do art. 524.

6) O que se contém na alínea “d” não é propriamente uma prerrogativa, mas um dever do sindicato. De fato, dizer que este tem a prerrogativa de colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal, é pretender que ninguém mais poderá oferecer sua contribuição na realização da supradita tarefa. É bem de ver que, na prática, não é assim que se faz.

No caso de servidores públicos é mais que uma obrigação do sindicato colaborar com o Estado, passa a ser um dever essa colaboração, por isso ainda existir tanta incompreensão por parte da autoridade contra os sindicatos legalmente constituídos no serviço público.

Continuaremos no próximo número, a abordagem do Artigo 513, que didaticamente dividimos em 513 - A, e B, no próximo falaremos sobre o 513 - B.



## Presidente da FASP-RJ visita a sede campestre da AIPERJ

O presidente da FASP-RJ, Dr. Marcos Vinício Gomes Pedro e, sua esposa Deolinda, visitaram a Sede Campestre da Associação dos Inspetores de Polícia do Estado do Rio de Janeiro – AIPERJ - situada no Município de Itaboraí, no último dia 19 de abril, quando foram recebidos pelo presidente Jorge Ressiguiier Cardoso e outros membros da entidade. Na oportunidade também estavam presentes representando a FASP-RJ os diretores Alvaro Barbosa, Alfredo Rebello da Silva; os assessores Cesar Drucker, Paulo de Magalhães, Paulo Coelho, Nira Grassia e outros convidados.

Após as boas vindas, Jorge Ressiguiier falou de seu trabalho e conquistas à frente da entidade há 25 anos e destacou os serviços que a associação presta a seus associados. “Nós oferecemos seguro de vida e auxílio funeral; atendimento jurídico; convênios com desconto em clínicas médicas, oftalmológicas e radiológicas, farmácia; laboratório, policlínicas, centros de reabilitação, curso de idioma e faculdade Universo, que oferece até 50% de desconto”,

disse o presidente.

Quanto ao lazer dos associados, Jorge Ressiguiier falou com orgulho da sede Campestre da entidade, em Itaboraí, que além de disponibilizar centro médico e odontológico para seus associados, sem nenhum custo adicional, também oferece oito suítes equipadas com televisão, frigobar e ar condicionado, com direito ao café da manhã; 4 piscinas (semi-olímpica, infantil, de três profundidades, hidromassagem); sauna feminina e masculina, berçário, parquinho; lanchonete; churrasqueiras; restaurante, salão de jogos de sinuca, sinuquinha, totó e outros brinquedos, além de salão de festa com capacidade para 900 pessoas, equipado com ar condicionado, oito televisões de 50 polegadas e som de última geração. “O município de Itaboraí constantemente requisita as nossas instalações para realização de convenções. Inclusive, por várias vezes, prefeitos, deputados e vereadores comemoraram seus aniversários aqui por considerarem nosso espaço aprazível e confortável”, completou.

Quanto aos planos futuros para a associação, Jorge Ressiguiier disse da construção ainda para este ano da quadra poliesportiva, cujo terreno já está

sendo preparado. “Já encomendamos o projeto à nossa arquiteta e espero que até o final do ano estejamos com mais esse lazer para o quadro social”, ressaltou o presidente informando ainda que a obra do campo de futebol de areia e de gramado já se encontra na fase de finalização. “Será um campo bem iluminado, porque nós temos um gerador automatizado, que na falta de luz ele liga em 10 ou 15 segundos e restabelece tudo”, vibrou o presidente lembrando que a sede dispõe de um poço próprio com 151 metros de profundidade, gerando em média 12 mil litros de água por hora. “Tudo que eu faço estou sempre pensando que eu fiz o melhor, embora a gente saiba ser impossível agradar a todos, mas eu procuro agradar a maioria e creio que até hoje estou conseguindo meu intento visto as vezes que fui reconduzido ao cargo” concluiu.

### VISITE A AIPERJ

**Sede Administrativa** – Rua Visconde de Itaboraí, 70 Centro - Niterói.

**Sede Campestre** – Rua Acúrcio Torres, 499, Outeiro da Pedras, Itaboraí. Contato: (021) 2719-3099 / 2719-3800

**e-mail:**  
aiperj@veloxmail.com.br



# Limpeza urbana

## Um desafio para todos os cidadãos



**ANGELA FONTI**  
Presidente da Comlurb

**N**unca é demais afirmar que moramos numa das cidades mais lindas do mundo, com uma população estimada em seis milhões de habitantes, epicentro da região metropolitana fluminense, e que recebe turistas de todo o mundo, durante o ano todo. Mas, temos que falar de um problema carioca que vem se agravando: a falta de educação da população com relação ao lixo. A COMLURB, empresa municipal responsável pela limpeza urbana, se destaca pela prestação desses serviços

e sua presença é notada em cada metro quadrado do espaço público do Rio. Mas, isso não basta.

Diariamente, faça chuva ou faça sol, os quase 15.000 garis da Comlurb, varrem as ruas, lavam a urina fétida das calçadas, penduram-se como alpinistas para limpar as encostas, recolhem os resíduos das papeleiras, fazem a coleta domiciliar e seletiva e limpam as praias, fechando o dia com a consciência de ter cumprido sua missão. Mas todo esse esforço parece em vão quando, no dia seguinte, lixo reaparece com a mesma força e quanti-

dade, teimando em estar ali, bem no caminho, manchando a imagem da nossa Cidade.

Muitos são os contribuintes que cobram do poder público qualidade no que diz respeito à limpeza urbana. Poucos os que colaboram. É raro encontrar alguém que não tenha presenciado a cena de pessoas jogando latinhas e papéis pelas janelas dos carros, dos ônibus ou das janelas dos prédios... Guimbas de cigarro voando por aí, pauzinhos de picolé, embalagens das mais diversas, sem nenhum disfarce, largadas nas ruas, a poucos metros de uma caixa coletora de lixo - dessas de cor

laranja, que estão disponíveis por toda Cidade.

O atual quadro de incivildade não pode continuar: lixo nas calçadas e bueiros, encostas com problemas, rios e esgotos entupidos por detritos e objetos inservíveis. Uma chuva e já pressentimos o perigo dos desabamentos, das enchentes e inundações. Pequenas atitudes livrariam a população de consequências tão desastrosas e até fatais!

A sociedade carioca poderá contar sempre com o melhor desempenho da COMLURB e seu incansável exército de defensores da limpeza - os garis.

Mas limpar, limpar, limpar incessantemente não parece ser a solução mais inteligente e eficaz. A máxima “cidade limpa é a que menos se suja”, apregoada e vivenciada nos países desenvolvidos, ainda não encontra eco por aqui. A verdade é que a escola e a família não são suficientes para levar as pessoas a adquirir uma educação sócio-ambiental que as conduza à consciência-cidadã. É preciso que todos estejam envolvidos com o Poder Público para que o lixo fique fora das ruas e possamos reafirmar diariamente que vivemos na Cidade Maravilhosa.

## Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa



**DINA FRUTUOSO**  
Presidente da ABRAPA

Celebrando o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa, a ABRAPA e o Centro Cultural da Justiça Federal convidaram representantes da Promotoria do Estado e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia SBGG, para uma Mesa com o tema Estatuto do Idoso: perguntas e respostas.

Solicitamos divulgar diante da importância do tema a nível pessoal, familiar e social.

### SERVIÇO

**Data:** 14 de junho de 2011(4ª feira)

**Horário:** 14h às 16h

**Local:** CCJF Av. Rio Branco, Cinelândia - Centro do Rio

Inscrições no local

**Apoio:** FORUM PNEI e ABRAPA

**FORUM PNEI** – Reunião aberta à população, toda primeira quarta-feira de cada mês às 09h30 - Av. General Justo 275 sala 516- Centro.

## Movimento Unificado em Defesa do Serviço Público Municipal (MUDSPM)

No dia 12 de maio de 2011, às 18 h15min, no Salão Nobre da Câmara Municipal, ocorreu o ato de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Servidor Público e do Sistema Previdenciário do Município do Rio de Janeiro.

O encontro contou com a presença de vereadores que compõem a Frente Parlamentar, servidores ativos e inativos, pensionistas e suas entidades de representação.

A Frente parlamentar foi formada por iniciativa do vereador Eliomar Coelho e com a assinatura de vinte e seis vereadores.

Os temas em debate focalizaram a atual política de privatizações do Executivo Municipal e a administração do Sistema de Previdência dos servidores.

A participação nos debates dos componentes da mesa (vere-

adores e representantes dos funcionários municipais), servidores (ativos e inativos) e pensionistas trouxe muitos esclarecimentos em relação às iniciativas que vêm sendo propostas pelo Executivo (privatizações e alteração do sistema previdenciário).

Estas propostas contrariam os interesses dos servidores retirando direitos já adquiridos.

Ficou evidenciada, também, uma grande preocupação de todos, com o não cumprimento por parte do Executivo com a legislação em vigor, trazendo muita apreensão para todos.

Os servidores, bem como a população do Município do Rio de Janeiro, já começaram a sofrer as consequências de algumas iniciativas, sobretudo, nas áreas da saúde e da educação.

Outra grande preocupação é a Proposta de Lei Complementar



**ACIR FERREIRA BARROSO**  
Assessora de Assuntos Municipais da FASP-RJ

(PLC-41) que altera o Sistema Previdenciário Municipal que se encontra na Câmara Municipal para ser submetido à votação.

Entendemos que a busca de soluções deve ser amplamente discutida com o conjunto do funcionalismo municipal e com as suas entidades de representação.

Temos que permanecer atentos às iniciativas propostas pelo Executivo Municipal. A nossa MOBILIZAÇÃO é fundamental.

*Ps: Blog do MUDSPM  
www.mudspm.blogspot.com*

### COLABORADORES

Para o próximo número Correio da FASP-RJ solicitamos que as matérias sejam enviadas até o dia 22 de julho (segunda-feira) de 2011. Não aceitaremos matérias fora do prazo estipulado. Agradecemos a colaboração de todos.

# Revolução pela lei: Esperas e Atitudes - Medidas Provisórias, “Permanentes”?

**A** prudência está intimamente ligada às atitudes, pois pela primeira vez exercemos o juízo correto em questões práticas e tomamos medidas para o controle dos riscos, usando-se o bom senso para estipular os limites, para não nos excedermos. Já a segunda, a atitude é uma reação ou maneira de ser em relação a pessoa ou objeto, é uma postura.

Tanto a prudência, quanto a atitude são vazios no cotidiano das relações públicas na qual os políticos deveriam utilizar “a estratégia da prudência”, não podendo haver meio-termo, ao administrar os riscos públicos nas áreas em especial dos Direitos Humanos Fundamentais e Direitos Sociais. Avançando, alcancemos a própria casa hospedeira das leis, Legislativo e o exercício administrativo do Poder Executivo. Falamos das esperas pelo cidadão de diversas responsabilidades assumidas por estes Poderes em todas as esferas e que não acontecem com a regularidade, prestação e compromisso assumi-

do esperado pelas democracias, que cultuam a ética e a dignidade humana, letra expressa em nossa Lei Maior, a Constituição de 1988, a Constituição Cidadã.

Vejam este exemplo, que representa no quadro da Política, a paisagem nebulosa das “esperas.” “O Legislativo precisaria de um século para votar mais de 30 mil projetos em tramitação. Em relação às contas do governo, há contas pendentes de 12 (doze) Presidentes, sendo que a do Governo Collor está há 21 (vinte e um) anos à espera de votação.

Os 2.160 vetos presidenciais aguardam a decisão dos congressistas. As 975 Propostas de Emenda à Constituição esperam 16 (dezesseis) anos na Câmara e no Senado Federal. Há 50 (cinquenta) Acordos Internacionais esperando a aprovação, sendo que um deles levou 17 (dezesseis) anos para ser aprovado.” Todas estas, “aberratio”, são noticiadas pela mídia jornalística e o Jornal “O Globo”, ao noticiá-las, presta um grande serviço à população, pois a sociedade como um todo, sofre continuamente as

consequências desastrosas destas “esperas”, que não cultuam em seu universo a “prudência” e as “atitudes”.

Se, na área do Constitucionalismo, um tópico é estudado como, o que denominamos “a confusão das funções”, onde o Poder Executivo, excepcionalmente elabora Leis, já que esta função originária é do Poder Legislativo, função legiferante, ele também passa a legislar por Medidas Provisórias, que compreendemos como a “prima herdeira” do falecido “decreto-lei”, usado na época do Regime de Exceção, e já são mais de 1.100 (Hum mil e cem) Medidas Provisórias, na ordem de 1.127 (hum mil cento e vinte e sete), sendo que 52 (cinquenta e duas) tramitam há mais de uma década.

A Constituição no Artigo 84, dentro da competência privativa do Presidente da República pode no inciso XXVI- editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do Artigo 62 - que expressa: “em caso de relevância e urgência o Presidente da República poderá adotar medidas provisó-

rias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.”

E estas medidas não sendo apreciadas em até 45 (quarenta e cinco) contados de sua publicação entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional e haverá a prorrogação por igual período, numa única vez, a vigência de medida provisória que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado de sua publicação não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional. Estes parágrafos 6º e 7º, do Artigo 62, usado no exagero, como está ocorrendo pelo Poder Executivo, leva a um imperialismo deste Poder, enfraquecendo o Legislativo.

Por outro lado, a morosidade do Legislativo, as “esperas” e ausência de “atitudes”, levam a que o Poder Judiciário passe a interpretar a Constituição, com rapidez, demonstrando a inércia do Legislativo, que deixa adormecido nas prateleiras de seus Gabinetes, Projetos de Lei sobre assuntos de capital importância



**SELMA ARAGÃO**  
Advogada, Doutora em  
Direito Público e Escritora

para a sociedade brasileira, e que estão há anos e anos, esquecidos pelos parlamentares. Assim, privamos com um Legislativo do século passado, asfixiado, interesseiro e interessado pelos seus Estados na época das eleições, na busca dos votos, onde as promessas são frequentes e ilusórias, pois quando assumem o cargo, o que se vê é o governo legislando mais do que ele, a relação de subordinação e clientelismo com o governo é cristalina. Este é o cenário, onde prudência espera e atitudes, se completam na ciranda da terceirização das funções dos Poderes e quem paga a conta é o cidadão.

## Fator previdenciário

Introduzido na legislação com o objetivo de evitar que os trabalhadores se aposentassem de forma precoce, o fator previdenciário deixou de cumprir seu objetivo para se transformar em uma fórmula que reduz o valor do benefício pago aos aposentados.

O Fator Previdenciário é uma equação matemática que leva em conta a idade de aposentadoria ou tempo de contribuição e com a expectativa de sobrevida no momento de aposentadoria. Quanto menor a idade de aposentadoria, maior o redutor e consequentemente, menor o valor do benefício. São dois os elementos principais que interferem no cálculo do valor do benefício por meio do Fator Previdenciário: 1)

Tempo de Contribuição: o tempo de contribuição irá influenciar diretamente o resultado do Fator que será aplicado para cálculo do benefício, ou seja, quanto maior o tempo de contribuição, menor o redutor aplicado e quanto menor o tempo de contribuição, maior o redutor. 2) Expectativa de sobrevida também é um elemento que poderá influenciar na redução do valor do benefício apresenta uma expectativa de vida maior, ou seja, quanto maior a expectativa de vida do segurado, menor o valor do benefício. A substituição do fator previdenciário por uma alternativa melhor para os trabalhadores foi defendida pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves

Filho, durante reunião realizada na manhã desta quarta-feira (18 de maio) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal. O ministro propôs para o debate a fixação da idade mínima de 65 anos para quem ingressar agora no mercado de trabalho e a fórmula 85/95 para os atuais. A fórmula 85/95 permite a aposentadoria integral quando a soma da idade com o tempo da contribuição previdenciária atinge 85 anos para as mulheres e 95 anos para os homens. Em 2009, depois de firmar um acordo com seis centrais sindicais, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou essa mesma proposta ao Congresso Nacional. O Senado rejeitou a proposta e aprovou a extinção do fator previden-

ciário. A Câmara acompanhou a decisão, que posteriormente foi vetada pelo presidente Lula. Além da fórmula 85/95, o ministro Garibaldi Alves Filho sugeriu para debate no âmbito do Congresso a implantação de uma idade mínima progressiva. Hoje, um trabalhador pode se aposentar com qualquer idade, contanto que tenha um tempo de contribuição de 30 anos, no caso das mulheres, e 35, no caso dos homens. Contudo, devido ao fator, quanto menor é a idade do segurado, menor é o valor do benefício. Também existe a possibilidade de aposentadoria por idade: 60 anos para as mulheres e 65 para os homens. De acordo com sugestão apresentada pelo ministro, seria estabelecida uma idade mínima um



**FRANCISCA TALARICO**  
Representante dos Servidores  
do Poder Executivo no  
CONAD do Rioprevidência

pouco acima da média atual de idade de aposentadoria. A cada dois anos, essa idade mínima de aposentadoria aumentaria um ano, até chegar aos 65 anos. Os trabalhadores já em atividade poderiam, por um determinado período, optar pelo modelo atual ou por essa nova proposta. O novo modelo possibilitaria a aposentadoria antecipada mediante um desconto fixo.



**Naïla da Costa Rodrigues**  
Vice Presidente da FASP-RJ

# Companheiro Servidor Público

**S**e falarmos em salário com certeza a insatisfação é a tônica, porém quando entramos para o serviço público, sabíamos que a nossa missão era servir a sociedade e que o padrão era o Governo.

Continuemos nossas reivindicações salariais, mas como somos humanos temos a necessidade de sermos reconhecidos

pelo que fazemos, portanto, no dia a dia do nosso trabalho procuremos sentir prazer ao realizarmos nossas tarefas.

Sabemos que quando agimos com ética, responsabilidade e colocamos uma pitada de amor nas nossas atividades, demonstrando empenho nas tarefas que realizamos, teremos como recompensa atingirmos o SUCES-SO.

A satisfação interior nos traz felicidade.

Por isso nos sentimos motivados para:

**Agir:** Ter autoconfiança e acreditar em nossas competências.

**Atingir o Propósito:** Atingir as metas dentro de um plano de ação.

**Pensar grande:** Se desafiar, saia da “mesmice” você vencerá.

**Relacionarmos:** Somente em equipe alcançaremos nossos objetivos.

**Estabelecer o FOCO:** Direcione o pensamento e a energia para onde quer ir.

**Ter disciplina:** A disciplina nos mantém firme nos propósitos. Insista, persista e conclua seus projetos.

**Celebrar:** Comemore a cada conquista. Vibre com cada rea-

lização. A vibração positiva de cada conquista é um grande estímulo. É motivador para futuras realizações.

Já que não nos sentimos motivados pelo salário recebido, pois é em geral, aquém do merecido, vivamos felizes por podermos massagear o nosso ego como também por nos sentirmos orgulhosos de ser SERVIDOR PÚBLICO

## Fortalecimento do servidor público

O jornal Folha Dirigida encaminhou-nos um repórter para que opinássemos sobre o concurso para assistente administrativo, planejado pela Secretaria Estadual de Educação. Destacamos o fortalecimento do quadro de servidores públicos como medida a ser aplaudida, ressaltando, embora, que iniciativas, na área educacional, devam sempre levar em conta a valorização salarial do servidor.

Em âmbito federal, a mídia registra a suspensão de concursos públicos, em algumas áreas, como resultado do corte orçamentário, promovido pelo governo, o qual vem mantendo elevado número de contratados; além do pessoal, que possui cargos de confiança, constituindo-se em verdadeiro cabide de emprego e causando sangria aos cofres públicos. Esse processo acarreta

o enfraquecimento do quadro de servidores públicos, prejudicando o país e a população.

Fato que ocorre, também, no âmbito dos estados e municípios, por meio da política de terceirizações e contratações temporárias que se estendem por tempo indeterminado. Visto isso, não desenvolvem a cultura da conservação de profissionais habilitados, por período adequado no serviço público, e a população passa a receber serviços de baixa qualidade. Os beneficiados são os defensores da privatização indiscriminada, mas quando se verifica os péssimos serviços, oferecidos por muitas empresas privadas, executados anteriormente, pelo poder estatal, o povo deve se conscientizar da importância da valorização do serviço público.

O presidente da Federação

dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais do Rio de Janeiro (FASP-RJ), Marcos Vinício Gomes Pedro, no artigo “Serviço Público à beira do abismo”, referindo-se à suspensão de concursos públicos, assinala que “esse mesmo propósito não atinge apadrinhados e comissionados, cujos cargos são dados a pessoas mais diferentes possíveis”. Eu fico pensando como será o Brasil de amanhã se essa filosofia continuar.

Marcos Vinício ressalta a necessidade de termos um estado com servidores públicos integrados e compromissados exclusivamente com suas carreiras e não como se vê hoje com a criação de várias secretarias, cujas atividades são, cada vez mais, terceirizadas.

Esse, também, tem sido o discurso da UPPE, em relação

ao magistério. Hoje, é grave o problema da falta de mestres em diversas disciplinas e entendemos que os baixos salários resultam na evasão de professores, haja vista que, de 04 de janeiro a 30 de abril de 2011, 437 professores abandonaram o magistério através de exonerações a pedido. Isso obriga o governo a realizar concursos em caráter de urgência, mas a evasão prossegue acelerada, devido aos baixos salários oferecidos.

Como ponderou o presidente da Fasp-RJ, houve grandes investimentos na questão da segurança nas favelas, com a criação das UPPs. “Isso foi uma iniciativa feita pelo serviço público e não por contratados ou terceirizados. Quem está lá nas favelas dando a segurança, a satisfação à nossa sociedade, são os servidores públicos”.

É preciso, quanto aos investimentos, que tal atitude seja adotada em outras áreas, fortalecendo o serviço público de modo geral, entre as quais a do magistério com a valorização do professor.



**Professora Teresinha Machado da Silva**  
Presidente da União dos Professores Públicos no Estado (UPPE-Sindicato) e diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB)

### Programa de Rádio da FASP-RJ

Todos os sábados,  
às 10 horas,  
na Rádio Bandeirantes  
AM - 1360k



**A FASP-RJ parabeniza as Entidades Filiadas que aniversariam nos meses de junho e julho. São elas:**

AFEMARJ.....05 de junho  
SEAERJ ..... 19 de julho  
ABMMERJ ..... 25 de julho  
ASIPERJ..... 30 de julho

### FASP-RJ COMUNICA

A Reunião do Conselho de Representantes da FASP-RJ será realizada às 16h30min nas seguintes datas:

DIA ..... MÊS  
29 ..... Junho  
31 ..... Agosto



Plano odontológico  
e serviço de remoção  
**GRÁTIS!**

FINALMENTE O PLANO DE SAÚDE COMPLETO  
PARA O APOSENTADO E PENSIONISTA!  
GARANTIA DE SAÚDE - SILVESTRE SENIOR PLUS!

FAIXA ETÁRIA	QUARTO COLETIVO	QUARTO COLETIVO (Desconto 10% Clube da Longevidade)	QUARTO PRIVATIVO	QUARTO PRIVATIVO (Desconto 10% Clube da Longevidade)
DE 00 a 18	267,00	240,00	331,95	299,00
DE 19 a 23	292,22	263,00	363,33	327,00
DE 24 a 28	307,81	277,00	383,00	345,00
DE 29 a 33	327,81	295,00	408,00	367,00
DE 34 a 38	341,11	307,00	425,55	383,00
DE 39 a 43	363,33	327,00	451,11	406,00
DE 44 a 48	418,88	377,00	520,00	468,00
DE 49 a 53	470,00	423,00	584,44	526,00
DE 54 a 58	542,22	488,00	673,33	606,00
ACIMA DE 59	584,44	526,00	726,66	654,00



O PLANO UNIMED DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO!

FAIXA ETÁRIA	QUARTO COLETIVO	QUARTO COLETIVO com desconto	QUARTO PRIVATIVO	QUARTO PRIVATIVO com desconto
DE 00 a 18	116,00	98,60	149,00	126,65
DE 19 a 23	149,00	126,60	189,00	160,65
DE 24 a 28	159,00	135,15	230,00	195,50
DE 29 a 33	202,00	171,70	256,00	217,60
DE 34 a 38	208,00	176,80	283,00	240,55
DE 39 a 43	242,00	205,70	319,00	271,15
DE 44 a 48	261,00	221,85	352,00	299,20
DE 49 a 53	327,00	277,95	432,00	367,20
DE 54 a 58	445,00	378,25	588,00	499,80

**ABRACIM ADESÕES**

Sua saúde está em nossos Planos.

[www.abracim.com.br](http://www.abracim.com.br)

**3804 8400**